

EDITAL DE ABERTURA N° 01/2018
CONCURSO PÚBLICO TRT 1ª REGIÃO – RJ
ESPELHO DE CORREÇÃO DAS PROVAS DISCURSIVAS

DA PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO

INFORMAÇÕES DO EDITAL DE ABERTURA QUANTO ÀS DISCURSIVAS – ESTUDO DE CASO

“12.3 A Prova Discursiva, para os cargos de Analista Judiciário, todas as áreas/especialidades, bem como Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança e Técnico Judiciário – Área Apoio Especializado – Especialidade Enfermagem, será composta por 01 (uma) questão de Estudo de Caso, que abordará Conhecimentos Específicos, conforme Anexo II - dos Conteúdos Programáticos.

12.3.1 A correção da Prova Discursiva – Estudo de Caso, de caráter eliminatório e classificatório, será realizada por uma Banca Examinadora, considerando-se os aspectos presentes na Tabela 12.2, cuja pontuação máxima será de 30 (trinta) pontos. O candidato deverá obter 15 (quinze) pontos ou mais do total da pontuação prevista para a Prova Discursiva, para não ser eliminado do concurso público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

TABELA 12.2

Aspectos:		Descrição:	Pontuação máxima
1	Atendimento ao tema proposto na questão	A resposta elaborada deve ser concernente ao tema proposto pela questão discursiva.	6
2	Conhecimento técnico-científico sobre a matéria	O candidato deve apresentar conhecimento teórico e prático a respeito do assunto/tema abordado pela questão, demonstrando domínio técnico e científico.	6
3	Clareza de argumentação/senso crítico em relação ao tema proposto na questão	A argumentação apresentada pelo candidato deve ser pertinente e clara, capaz de convencer seu interlocutor a respeito do ponto de vista defendido, além de demonstrar senso crítico em relação ao questionamento abordado pela questão.	6
4	Utilização adequada da Língua Portuguesa	A resposta elaborada deve apresentar em sua estrutura textual: uso adequado da ortografia, constituição dos parágrafos conforme o assunto abordado, estruturação dos períodos no interior dos parágrafos (coerência entre porções textuais, relação lógica entre as ideias propostas, emprego adequado de articuladores no interior das porções textuais). Caso o candidato tenha obtido pontuação igual a 0 (zero) nos demais aspectos (1, 2 e 3), o de nº 4, “Utilização adequada da Língua Portuguesa”, também será pontuado com nota 0 (zero).	12
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS DA PROVA DISCURSIVA – ESTUDO DE CASO			30

12.3.3 A Folha da Versão Definitiva será o único documento válido para a avaliação da Prova Discursiva. As folhas para rascunho, no caderno de questões, são de preenchimento facultativo e não valerão para a finalidade de avaliação da Prova Discursiva.

12.3.4 A Prova Discursiva deverá ser feita à mão pelo próprio candidato, em letra legível, com caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

12.3.5 A omissão de dados, que forem legalmente exigidos ou necessários para a correta solução da questão, acarretará em descontos na pontuação atribuída ao candidato.

12.3.6 O candidato não poderá manusear e consultar nenhum tipo de material, devendo atentar-se apenas para as informações contidas na Prova Discursiva para sua realização.

12.3.7 O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:

- a) não atender ao Tema do Estudo de Caso proposto e ao conteúdo avaliado;
- b) manusear em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado neste Edital;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou à tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco;
- f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).

12.3.8 Na Prova Discursiva, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimos e máximos de linhas, previstos no subitem 12.3.2, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.”

As provas foram corrigidas em um ambiente eletrônico, no qual as folhas de respostas foram digitalizadas e a identificação do candidato foi omitida, portanto não existem anotações referentes à correção, na folha de resposta do candidato. A Banca Examinadora avaliou o desempenho do candidato considerando o texto desenvolvido e a adequação desse texto aos critérios dispostos no Edital de Abertura e no espelho de correção divulgado, o qual apresenta o conhecimento técnico necessário para a resposta à Discursiva – Estudo de caso.

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – ESPECIALIDADE SEGURANÇA

1) Erasmo, agente público lotado no Fórum Trabalhista de Porto Real/RJ, é o responsável pela manutenção da segurança do átrio do estabelecimento, sendo a ele juridicamente possibilitada a tomada de decisões que garantam a integridade física dos demais funcionários e que preservem o patrimônio público presente no local. Em determinado dia, adentrou no prédio um cidadão segurando um porrete em suas mãos. Trata-se de Alexandre, empresário insatisfeito com sua derrota obtida em ação trabalhista que o condenou a pagar verbas indenizatórias valorosas a um ex-empregado de seu estabelecimento comercial. Alexandre direciona-se até o balcão da Vara Trabalhista e começa a ameaçar os servidores que ali trabalham, bem como anuncia que destruirá toda a estrutura daquela repartição. Quando Alexandre movimenta-se no sentido de atingir um dos computadores da Vara Trabalhista com o porrete, Erasmo rapidamente intervém e o surpreende por trás, atingindo Alexandre, com uma pancada na cabeça, com seu cassetete. Alexandre imediatamente desmaia e é levado ao hospital e, horas depois, recebe alta hospitalar. Acerca da ação de Erasmo, introduza e fundamente qual instituto jurídico penal foi utilizado por ele para justificar sua ação de lesão corporal e excluí-lo de crime, relacionando a legislação aplicável com o fato enunciado.

R.: Erasmo é agente público do setor de segurança do Fórum Trabalhista de Porto Real/RJ e, por isso, tem a incumbência e o dever de ofício de praticar atos que conservem a integridade física dos demais servidores, além de preservar o patrimônio público ali constituído. Tais funções estão estabelecidas em regramento oficial próprio, isto é, em normas jurídicas que amparam sua conduta tendente a proteger o local.

Quando determinado indivíduo é determinado por norma jurídica oficial a praticar determinado ato, não há que se falar em cometimento de crime, ainda que tal ato possa causar ofensa a bem-jurídico penal tutelado pela lei. Assim o é porque o Código Penal exclui a ilicitude de atos envolvidos em "estrito cumprimento do dever legal", instituto que, ao lado da legítima defesa, estado de necessidade, exercício regular de direito e consentimento do ofendido, torna a conduta praticada excluída de antijuridicidade, e, portanto, o agente não comete crime.

Assim, se o agente atua no cumprimento de dever legal, seu comportamento não é antijurídico. O dever que ele cumpre pode ser imposto por qualquer norma legal (lei, decreto, regulamento etc.) e não apenas por leis de natureza penal. O Código Penal requer que o agente se conduza em estrito cumprimento, sendo, pois, necessário que obedeça, rigorosamente, aos limites do dever. Caso ele ultrapasse tais limites, haverá abuso de direito ou excesso de poder — e não exclusão da ilicitude (ou antijuridicidade). Admite-se que o dever seja referente não só a funcionário público, como, também, a particular.

Logo, quando Erasmo praticou, em tese, lesão corporal contra Alexandre, ao lesioná-lo na cabeça com instrumento contundente (cassetete), o fez amparado em causa excludente de ilicitude – ou justificante, pois a legislação aplicável à sua função permitia – e exigia – que ele tomasse decisões voltadas para a manutenção da ordem na repartição pública onde estava lotado.

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE ENFERMAGEM

1) Mulher de 63 anos, cozinheira, tabagista desde os 13 anos de idade e residente em zona rural, relata cozinhar em fogão a lenha desde os seus 24 anos de idade. Apresenta história de dispneia progressiva, com tosse produtiva, expectoração branca e sibilos há seis dias. Foram realizados espirometria e outros exames que permitiram o diagnóstico de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC). Além das medicações prescritas pelo pneumologista, foi indicada terapia com oxigênio domiciliar. Diante do caso exposto, defina a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, descreva os principais fatores de risco, cite pelo menos duas atividades de prevenção e promoção à saúde e comente como deve ser o acolhimento e os cuidados que a equipe de enfermagem pode oferecer ao paciente que está em terapia com oxigênio domiciliar.

R.: A DPOC é uma doença com repercussões sistêmicas, prevenível e tratável, caracterizada por limitação do fluxo aéreo pulmonar, parcialmente reversível e geralmente progressiva. Essa limitação é causada por uma associação entre doença de pequenos brônquios (bronquite crônica obstrutiva) e destruição de parênquima (enfisema).

Os principais fatores de risco associados a essa patologia são: tabagismo; poluição domiciliar (fumaça de lenha, querosene); exposição ocupacional a poeiras e produtos químicos ocupacionais; infecções respiratórias recorrentes na infância; suscetibilidade individual; desnutrição na infância e deficiências genéticas, como de alfa1 antitripsina.

A prevenção e a promoção à saúde podem ser realizadas com o incentivo ao controle do tabagismo e a prática de atividade física. A equipe de saúde deve valorizar as queixas das pessoas com doenças respiratórias crônicas e de suas famílias, estar disposta a ouvi-las, não desvalorizar ou minimizar seus problemas e reconhecer seu direito a esclarecimentos e informações. As decisões devem ser compartilhadas e, caso o usuário deseje procurar alívio para seus sintomas em outras abordagens terapêuticas, a equipe deve respeitar sua opção. É importante lembrar que as equipes da Atenção Básica devem continuar o acompanhamento da pessoa com doença respiratória crônica, independentemente do tipo de tratamento e do nível de complexidade do sistema no qual ela precise ser atendida. A responsabilidade pela atenção ao paciente deve ser compartilhada entre a equipe da Atenção Básica e o especialista/serviço de referência.

Os cuidados de enfermagem incluem: fazer higienização das mãos; verificar sinais vitais antes e depois da Oxigenioterapia; observar sinais de complicações (distensão gástrica, obstrução nasal e lesão de septo); verificar o perfeito funcionamento do sistema; manter nível de umidificação e aquecimento dos gases em temperatura ideal; verificar o correto percentagem do oxigênio; colocar a porcentagem prescrita pelo médico; usar água destilada sempre; rotular o frasco com data e horário; acomodar o paciente em posição de Fowler; fazer higienização após Oxigenioterapia; registrar o procedimento.

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR FEDERAL

1) Carlos é Oficial de Justiça e recebeu um mandado de cumprimento para a citação da empresa Pizzaria Massas Finas Ltda., situada em um Hotel Fazenda, local não abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência. O mandado em questão é referente a uma ação que a ex-empregada, Cristina, ingressou, no dia 10 de fev. de 2018, pleiteando verbas, com valor da causa de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo a audiência agendada para o dia 15 de mar. de 2018. Diante do exposto, responda a questão, apresentando se há alguma relação entre o estabelecimento comercial da empresa não ser abrangido por entrega domiciliar de correspondência e a citação ter sido direcionada a Carlos para cumprimento; em qual horário Carlos deve cumprir o mandado de citação; se, na hipótese de Carlos não encontrar representantes da empresa, a citação poderia ser feita por edital; e se o representante da reclamada, devidamente citado, não puder comparecer à audiência agendada, poderá se fazer substituir por um amigo. Justifique suas respostas, pautando-se, inclusive, na Lei nº 13.467/2017.

R.: No Processo do Trabalho, a citação pode ser feita por correio, oficial de Justiça ou edital. É determinado pela Consolidação das Leis Trabalhistas que as citações sejam feitas pelo correio (registro postal com franquia). Contudo, se o local não for abrangido pelo serviço de entrega domiciliar de correspondência, o mandado de citação é encaminhado a um Oficial de Justiça para cumprimento.

Carlos deve cumprir o horário estipulado para a prática de atos processuais que, em regra, realizar-se-ão nos dias úteis das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

Se a reclamada criar embaraços ao recebimento do mandado de citação ou não for encontrada, em regra, far-se-á a notificação por edital, inserto no jornal oficial ou no que publicar o expediente forense, ou, na falta, afixado na sede da Junta ou Juízo. Contudo, no caso em questão, considerando o valor da causa, o qual não excede a quarenta vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação, faz-se necessário que o procedimento a ser seguido seja o sumaríssimo, e, portanto, se Carlos não localizar representantes da empresa para a citação, o mesmo deverá devolver o mandado, não podendo ser realizada a citação por edital, incumbindo à reclamante a correta indicação do nome e endereço da reclamada, pois a citação em questão é incompatível com o procedimento em que a reclamação trabalhista está tramitando.

Insta mencionar que o não-comparecimento da reclamada importa revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, contudo é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente. Sendo que, nos termos da Lei nº 13.467 de julho de 2017, o preposto não precisa ser empregado da parte reclamada, podendo, no caso em questão, ser um amigo do representante da reclamada, desde que o mesmo tenha conhecimento dos fatos ocorridos durante o contrato de trabalho, objeto da demanda.

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE ENGENHARIA CIVIL

1) Foi realizada uma vistoria, em um edifício do Tribunal Regional do Trabalho, com o objetivo de verificar as causas do descolamento de pastilhas cerâmicas da fachada da edificação.

Na vistoria, verificou-se que: (a) as pastilhas cerâmicas se descolavam em grandes placas; (b) as áreas onde aconteceram os descolamentos situavam-se nas fachadas onde ocorre a ação mais intensa da insolação direta ou nas regiões contíguas às juntas de dilatação; (c) outras áreas, além daquelas onde ocorreu o descolamento, apresentavam som cavo à percussão; (d) as pastilhas foram assentadas com papel perfurado colado à face interna das pastilhas, e a área perfurada do papel corresponde a 50% da área total.

A partir da anamnese do caso, relatou-se que:

(i) o edifício foi construído cerca de dez anos antes da vistoria; aproximadamente seis meses antes da vistoria todo o revestimento da fachada foi refeito; um mês antes da vistoria, começaram a ocorrer os descolamentos; (ii) no manual do fabricante das pastilhas, encontra-se recomendação do uso de argamassa adesiva quando a base é em emboço desempenado, situação constatada na edificação em análise.

Exames "in loco" de arrancamento de pastilhas demonstraram que, mesmo nos locais que apresentavam som cavo, a força de arrancamento necessária foi relativamente grande devido ao fenômeno de encunhamento das juntas.

Exames realizados em laboratório de caracterização de amostras de argamassa adesiva similar à usada na obra e das pastilhas cerâmicas usadas demonstraram que elas eram de boa qualidade e que as pastilhas apresentaram uma película de cola de amido sobre a superfície dos furos do papel perfurado colado à face interna das pastilhas.

Ensaio de aderência, realizados em laboratório, a partir de materiais, componentes e técnica de assentamento similares aos empregados na obra, utilizando-se a mesma base e empregando pastilhas com e sem papel perfurado no verso, demonstraram ser adequada a aderência da argamassa adesiva empregada. O mesmo não pode ser dito quanto à existência do papel perfurado entre a pastilha e a argamassa, ocorrendo, no caso da existência do papel perfurado e da película de cola de amido, uma sensível diminuição da aderência.

Com base na situação descrita, solicita-se a apresentação do diagnóstico e a indicação da conduta recomendada.

R.: A partir da vistoria, das constatações obtidas por meio da anamnese e dos resultados dos ensaios "in loco" e em laboratório, pode-se concluir que o descolamento das pastilhas ocorreu nos locais nos quais, concomitantemente, existiam uma aderência deficiente e esforços solicitantes de maior intensidade. Os esforços solicitantes maiores ocorrem nas fachadas submetidas à insolação direta, fato este que pode provocar dilatações e retrações dos materiais de acordo com a incidência solar, e nas áreas contíguas às juntas de dilatação da estrutura.

A aderência deficiente pode ser debitada à própria tecnologia de produção e assentamento das pastilhas. Dois fatores podem ser ressaltados como básicos:

- (1) a diminuição da área máxima de contato para 50% da área possível, devido à presença do papel perfurado;
- (2) a existência de uma película de cola de amido sobre a pastilha na região dos furos, película esta que dificulta a aderência.

Conduta recomendada:

Indica-se a recuperação da fachada por meio do assentamento das pastilhas tanto nas áreas nas quais houve o descolamento das pastilhas como nas áreas nas quais, por meio do resultado de ensaio de percussão, concluiu-se pela existência de um grande potencial de descolamento.

Pode-se descartar a necessidade do reassentamento das pastilhas em todas as fachadas, apesar da possível aderência inadequada, pela existência do efeito do encunhamento das pastilhas, o que dificulta o seu descolamento.

No processo de reassentamento das pastilhas, fica proibida a utilização de papel perfurado na face de aderência. Caso haja a presença de película de cola de amido na face de aderência das pastilhas, deve-se realizar a limpeza para não dificultar a aderência das pastilhas ao substrato.

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE ENGENHARIA ELÉTRICA

1) Sabe-se que uma subestação de energia elétrica é um conjunto de diversos equipamentos e dispositivos elétricos destinados a alterar as características da energia elétrica (tensão e corrente), permitindo a sua utilização em níveis adequados. Considerando que o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região será transferido para uma nova sede, cujo projeto elétrico deve ser analisado pelo Analista Judiciário da Especialidade Engenharia Elétrica e que foi solicitado seu parecer sobre aspectos relacionados à subestação de energia elétrica de 500 kVA. Sabendo que a subestação contará com dois (2) transformadores trifásicos ligados em paralelo, responda, de maneira discursiva, quais condições devem ser atendidas para que os transformadores da subestação trabalhem em condição de paralelismo e quais são as principais vantagens e desvantagens dessa opção de paralelismo dos transformadores.

Para que dois (2) transformadores operem em condições de paralelismo, é necessário que:

- a alimentação primária de ambos os transformadores tenha as mesmas características técnicas, ou seja, que ambos os transformadores sejam da mesma classe de tensão primária, possuam a mesma tensão nominal e derivações de tensão primária;
- os transformadores possuam a mesma conexão nos enrolamentos primários e secundários e que seus deslocamentos angulares sejam iguais;
- as tensões secundárias sejam iguais;
- as impedâncias percentuais sejam preferencialmente iguais, sendo admitida uma variação de até 7,5% de diferença entre elas;
- os fatores de potência de curto-circuito sejam iguais;
- a relação entre as potências nominais das duas (2) unidades de transformadores não seja superior a 3:1. Entretanto é preferível que os transformadores possuam a mesma potência nominal.

Em relação às principais vantagens e desvantagens da instalação de transformadores em paralelo, é possível citar como **vantagens**: o fornecimento de energia elétrica no edifício não dependerá de um único transformador; evitar dimensionamento de transformadores com potência elevada; aumento da confiabilidade do sistema elétrico de fornecimento de energia.

Por sua vez, em relação às **desvantagens** da instalação desses transformadores, tem-se: necessidade de chave e equipamentos de interrupção com maior capacidade de ruptura onerando o custo da instalação; aumento da complexidade de proteção, manutenção e operação do sistema elétrico de potência; maior custo na aquisição dos transformadores de energia elétrica.

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE ENGENHARIA MECÂNICA

1) É necessário adquirir uma bomba centrífuga para uma instalação predial localizada na cidade do Rio de Janeiro - RJ. A bomba irá alimentar uma caixa d'água no topo de um edifício, retirando água de um reservatório no térreo. Elabore uma especificação técnica de compra, destacando as principais características necessárias para a aquisição de um conjunto de motor elétrico e bomba. Trata-se de uma instalação hipotética, portanto não é necessário especificar os dados, ou seja, pode-se deixar em função de incógnitas.

Exemplo: Vazão nominal da bomba: "Q" m³/h.

A especificação deverá possuir de 20 a 30 linhas. Atenha-se às características técnicas da bomba e da instalação e não inclua considerações comerciais.

R.: Esse descritivo visa ao fornecimento de dados técnicos para a elaboração de uma proposta de fornecimento de um conjunto de motor elétrico e bomba centrífuga para aplicação em uma instalação predial localizada na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

A bomba de código AAA-0000 irá bombear o fluido "A" a uma temperatura "T", cuja densidade é de "ρ" m³/kg e viscosidade de "u" cP. Deverá possuir capacidade de vazão de "Q" m³/h, a uma altura manométrica de "H" mca, e eficiência mínima de bombeamento de "β" %. A instalação fornece um NPSHd de "Y" m, portanto a bomba deverá possuir NPSHr inferior a "Y" m.

No que se refere ao motor da bomba, esse deverá ser de frequência "H" Hz, de "n" polos, com alimentação elétrica de "V" Volts, e "F" número de fases. O motor deverá possuir eficiência mínima de "ε" %, e a potência recomendada do motor é de "k" kW.

A bomba e o motor deverão ser fornecidos montados sobre base estrutural metálica. O material de construção do corpo, eixo e rotor da bomba deverá ser aço "B". O acoplamento do motor à bomba deverá ser do tipo elástico e a vedação da bomba deverá ser por selo mecânico simples com plano de selagem "S". A bomba deverá possuir conexões com flanges tipo ANSI B16.5 na sucção e no recalque.

O fornecedor deverá enviar todas as informações técnicas do conjunto motor e bomba, tais como: dimensões gerais, diâmetros das conexões, curva da bomba selecionada, dados gerais de operação e performance, além de características detalhadas do conjunto.

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE PSICOLOGIA

1) Em um setor da organização pública X, observou-se, nos últimos meses, uma queda na produtividade acompanhada de um número preocupante de afastamentos de profissionais por questões relacionadas à saúde mental do trabalhador. Segundo relato de trabalhadores do referido setor, há uma alta carga mental para a realização do trabalho aliada à necessidade de tomadas de decisões rápidas e com alto grau de responsabilidade para o cumprimento de atividade/metabolismos. Isso produziu, nos últimos meses, uma sobrecarga de trabalho, prazos curtos e períodos irregulares de trabalho, provocando alto grau de ansiedade e fadiga mental nos trabalhadores. Diante da situação, o profissional de Psicologia, integrante de equipe multidisciplinar do setor de recursos humanos, é procurado para, junto de sua equipe, desenvolver um programa de saúde do trabalhador com foco no desenvolvimento de estratégias de prevenção ao adoecimento mental no trabalho.

A partir da situação hipotética descrita, elabore um texto visando à construção básica de um programa de prevenção ao adoecimento e promoção de saúde mental do trabalhador no referido setor.

R.: É necessário reunir a equipe multidisciplinar para traçar um diagnóstico situacional compreendendo todo o contexto de funcionamento da organização e, mais especificamente do setor, levantando e analisando características como: contexto de trabalho (organização, condições de trabalho e relações socioprofissionais); o custo humano do trabalho (físico, cognitivo e afetivo); indicadores de prazer-sofrimento (realização profissional; liberdade de expressão; esgotamento profissional; falta de reconhecimento) e danos relacionados ao trabalho (físicos; psicológicos e/ou sociais). Tal diagnóstico deve estruturar-se a partir de instrumentos como: entrevistas, questionários e análise ergonômica.

Deve-se levar em consideração, para a implantação do plano de intervenção, a apresentação do diagnóstico situacional para todas as pessoas envolvidas na solução dos aspectos levantados, discutindo as formas de intervenção (exemplos: análise ergonômica, com fins à adequação das condições de trabalho e reestruturações necessárias na organização das atividades; ações de terapia ocupacional; grupos operativos e focais; produção de espaços de palavra ou rodas de conversa sobre a saúde mental no trabalho), esclarecendo os pontos a serem trabalhados e os resultados esperados.

Faz-se necessária a avaliação constante das ações tomadas durante a intervenção, visto que se trata de um processo contínuo. As avaliações podem ser feitas em termos comparativos do funcionamento do setor antes e depois da intervenção. Pressupõe-se um conceito amplo de ambiente e ser humano com uma abordagem integral e equitativa, considerando a complexidade das ações e relações no ambiente de trabalho, favorecendo um processo democrático e participativo dos trabalhadores em relação à sua situação.

Ademais, o programa deve concentrar-se na redução dos fatores estressores advindos da organização e das condições de trabalho, permitindo o desenvolvimento de atividades com metas realistas, melhor organização do tempo e ações que favoreçam às relações interpessoais e o suporte social, de modo a proporcionar o reconhecimento no trabalho e o desenvolvimento profissional como fatores de proteção/prevenção.

NÍVEL SUPERIOR - TARDE

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

1) Paulo da Costa ajuizou reclamação trabalhista em face do Banco do Trilhão S/A. O juiz fracionou a audiência trabalhista, realizando audiência para tentativa de conciliação, que restou infrutífera. Nessa ocasião, designou audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas. O juiz facultou às partes trazerem as testemunhas à audiência, independentemente de intimação, ou apresentar o rol respectivo em 10 dias para aquelas, a fim de que fossem intimadas pelo juiz, sob pena de serem ouvidas somente as que comparecessem. Paulo, no prazo estipulado pelo juiz, requereu a intimação da testemunha Maria da Silva, declarando que as demais compareceriam à audiência independentemente de intimação. O Banco do Trilhão, por sua vez, nada declarou ou requereu no que se refere às testemunhas que pretendia ouvir. Por ocasião da audiência de instrução, compareceram as testemunhas Maria da Silva, intimada pelo juiz, bem como, a convite do reclamante, Elizabete dos Santos, ex-colega de trabalho deste e que também ajuizara reclamação em face do Banco Trilhão; compareceu, ainda, Pedro da Costa, também ex-empregado do reclamado e irmão de Paulo. O Banco do Trilhão, por sua vez, compareceu à audiência acompanhado da testemunha Vicente Rodrigues, que foi superior imediato do reclamante, a quem este acusa de assédio moral e com o qual teve grave desentendimento durante o pacto laboral, chegando às vias de fato, sendo que, relativamente a tais fatos, houve ampla divulgação na imprensa local e há ostensiva documentação nos autos. Aberta a audiência, o advogado do reclamado requereu para que, assim que prestasse depoimento, o preposto fosse dispensado de permanecer em audiência, em razão de compromisso na empresa. Requereu, ainda, que a audiência fosse realizada a portas fechadas, apenas com a presença dos serventuários da Justiça, das partes e testemunhas, quando apregoadas. Ademais, o reclamado contraditou as testemunhas do reclamante. Quanto à testemunha Elizabete dos Santos, aduziu que esta não poderia testemunhar com isenção de ânimo em razão de também estar demandando em face do banco. Relativamente à testemunha Pedro da Costa, argumentou que, de modo algum, este poderia ser ouvido no processo, por ser irmão do reclamante. O reclamante, de seu turno, contraditou a testemunha Vicente, em virtude dos fatos narrados, enfatizando que, de forma alguma, este poderia ser ouvido no feito.

Diante dos requerimentos do reclamado no que se refere à liberação do preposto, à realização da audiência a portas fechadas, bem como das contraditas das testemunhas Elizabete e Pedro e, ainda, diante da contradita do reclamante em face da testemunha Vicente, diga como o juízo deve deliberar à luz da legislação trabalhista, aplicável no que tange à audiência de instrução e julgamento e à prova testemunhal, fundamentando a resposta. Considere, com relação às contraditas das testemunhas por ambas as partes, que todas as alegações estão suficientemente demonstradas nos autos. Descreva, ainda, a ordem em que, em regra, serão ouvidas as partes e as testemunhas na audiência.

R.: O requerimento do reclamado para que seu preposto seja liberado após a audiência poderá ser deferido, pois a legislação aplicável à espécie permite que, após o interrogatório respectivo, qualquer das partes possa se retirar, prosseguindo a instrução com o seu representante legal (art. 848, § 1º, CLT). O requerimento de realização de audiência a portas fechadas deve ser indeferido, posto que a legislação correlata estabelece que, em regra, as audiências na Justiça do Trabalho serão públicas e não consta do enunciado que o processo tramitaria em segredo de Justiça. Quanto à contradita em face da testemunha Elizabete, o juiz deverá indeferi-la, posto que o simples fato de esta estar litigando contra o mesmo empregador não a torna suspeita. Com relação à contradita em face da testemunha Pedro, cabe ao julgador deferir o requerimento do reclamado, posto que o parentesco é impedimento para que ele seja ouvido como testemunha. Todavia, se ainda assim pretender o reclamante em seu depoimento, Pedro poderá ser ouvido como informante, haja vista que a legislação trabalhista admite que a testemunha que for parente até o terceiro grau civil, amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes não prestará compromisso, e seu depoimento valerá como simples informação. No tocante à contradita formulada pelo reclamante, esta há de ser deferida, haja vista que a testemunha Vicente, em razão da situação havida, há de ser considerada inimigo capital do reclamante, o que compromete sua isenção de ânimo ao depor. Contudo, a legislação admite que Vicente poderá ser dispensado de prestar compromisso, sendo ouvido como informante, caso o reclamado insista em sua oitiva. A ordem da oitiva das partes é, em regra, a seguinte: primeiro será ouvido o depoimento do reclamante, após ouvir-se-á o depoimento do reclamado. No seguimento, serão ouvidas as testemunhas do reclamante e, por fim, as do reclamado.

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA JUDICIÁRIA

1) José Carlos tem contrato de trabalho anotado em CTPS, desde 02 de jan. de 2014, com a empresa Supermercados Boa Compra Ltda. Foi contratado para trabalhar das 08h às 17h30, com 01 hora e 30 minutos de intervalo para repouso e alimentação. No entanto, no último ano de contrato do trabalho, em razão da demissão de 40% dos funcionários da empresa, o empregador exigiu que José Carlos passasse a cumprir jornada das 08h às 23h, sem intervalo para repouso e alimentação, folgando aos domingos, mas trabalhando em todos os feriados, sem qualquer ajuste prévio nesse sentido. Também, nos últimos 06 meses, a empresa deixou de pagar os salários a José Carlos e demais empregados, tornando a situação financeira do trabalhador insustentável. José Carlos verificou, ainda, que a empresa deixou de efetuar os depósitos em sua conta vinculada do FGTS nos últimos 12 meses. O empregado gozou de todas as férias cujo direito adquiriu, bem como recebeu os décimos terceiros salários relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016. A convenção coletiva da categoria não estabelece adicionais diferenciados em relação às horas extras. Em 15 de abr. de 2018, José Carlos decidiu buscar o Poder Judiciário para solucionar a situação. Considerando tais assertivas, aponte qual providência poderá tomar José Carlos em juízo para pleitear seus direitos, buscando fazer valer a legislação trabalhista no caso concreto, apontando, também, os pedidos que poderão ser deduzidos no processo em relação a cada situação vivida pelo empregado no dia a dia laboral. Esclareça, ainda, as consequências decorrentes de eventual depósito, pelo empregador, por ocasião da audiência eventualmente designada, dos salários em atraso e do 13º salário relativo ao ano de 2017, bem como a comprovação, nesse mesmo ato, de efetivação dos depósitos fundiários.

R.: José Carlos poderá ajuizar reclamação trabalhista pleiteando a declaração de rescisão do contrato por justo motivo, em razão de descumprimento, pelo empregador, das obrigações do contrato, bem como por exigência de serviços superiores às suas forças, hipóteses legais materializadas pelo atraso contumaz no pagamento de salários e depósitos fundiários, além da imposição rotineira de jornada excessiva, acima do limite legal. Em juízo, poderá pleitear, além dos salários em atraso, as seguintes verbas trabalhistas: férias proporcionais, acrescidas do terço constitucional; 13º salário vencido relativo ao ano de 2017 e 13º proporcional; depósitos faltantes relativos ao FGTS, bem como indenização de 40% sobre montante de todos os depósitos realizados na sua conta vinculada durante a vigência do contrato de trabalho e depósitos faltantes, relativos aos últimos 12 meses do pacto. Terá direito, ainda, à percepção do benefício do Seguro-desemprego, se presentes os requisitos para recebimento respectivo; Aviso prévio indenizado, à proporção de 42 dias; horas extras excedentes da 8ª hora diária e 44ª semanal, com adicional de 50%; horas relativas aos feriados laborados, com adicional de 100%; horas decorrentes da não concessão do intervalo interjornada de, no mínimo, 11 horas consecutivas; horas decorrentes da não concessão do intervalo mínimo de 01 hora devido, quando do trabalho contínuo de duração maior que 06 horas; adicional noturno pelo labor das 22:00h às 23:00h, com a hora reduzida de 52 minutos e 30 segundos; salários em atraso até a data da decretação da rescisão indireta; o depósito, pelo empregador, dos salários em atraso e do 13º salário relativo ao ano de 2017 e comprovação dos depósitos fundiários, por ocasião da audiência eventualmente designada tem o efeito único de quitação de tais verbas, não possuindo, tais atos, o condão de elidir a mora capaz de determinar a rescisão do contrato de trabalho.

DA PROVA DISCURSIVA – REDAÇÃO

INFORMAÇÕES DO EDITAL DE ABERTURA QUANTO À PROVA DE REDAÇÃO

“12.4 A Prova Discursiva, **para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, consistirá de uma Redação**, a ser elaborada a partir de um tema proposto, baseado em um ou mais textos ou fragmentos de textos. O candidato adotará uma linha de abordagem utilizando a tipologia textual “Dissertação” e o seu texto deverá apresentar valores, opiniões, crenças, hipóteses, ideias, em suma, os aspectos axiológicos ou cognitivos para esse tipo de produção textual.

12.4.1 A Prova Discursiva - Redação, de caráter eliminatório e classificatório, terá o valor máximo de 30 (trinta) pontos. O candidato deverá obter **15 (quinze) pontos ou mais** na Prova Discursiva, para não ser eliminado do concurso público, além de não ser eliminado por outros critérios estabelecidos neste Edital.

12.4.5.1 A Prova Discursiva - Redação, **para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa**, terá a pontuação total prevista no subitem 12.4.1 distribuída conforme segue, na Tabela 12.3:

TABELA 12.3

Aspectos:		Pontuação máxima
1	Atendimento ao tema proposto	4
2	Clareza de argumentação/senso crítico	3
3	Seletividade de informação	2
4	Criatividade/originalidade	2
5	Atendimento à norma padrão da Língua Portuguesa, sendo exigidas as alterações introduzidas pelo Decreto Federal nº 6.583 de 29 de setembro de 2008 (Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)	9
6	Coerência (progressão, articulação, informatividade, não-contradição)	3
7	Coesão referencial e sequencial	3
8	Atendimento à tipologia textual solicitada	4
TOTAL MÁXIMO DE PONTOS DA PROVA DISCURSIVA - REDAÇÃO		30

12.4.6 O candidato terá sua Prova Discursiva - Redação avaliada com nota 0 (zero) e estará automaticamente eliminado do concurso público se:

- a) não desenvolver o tema proposto, ou seja, fugir ao tema proposto;
- b) não desenvolver o tema na tipologia textual exigida;
- c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor;
- d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta;
- e) não apresentar sua Redação na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco, ou desenvolvê-la com letra ilegível, com espaçamento excessivo entre letras, palavras, parágrafos e margens;
- f) apresentar identificação de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).”

As provas foram corrigidas em um ambiente eletrônico, no qual as folhas de respostas foram digitalizadas e a identificação do candidato foi omitida, portanto não existem anotações referentes à correção, na folha de resposta do candidato. A Banca Examinadora avaliou o desempenho do candidato considerando o texto desenvolvido e a adequação desse texto aos critérios dispostos no Edital. Por se tratar de um texto dissertativo, em que cada candidato poderia dispor subjetivamente sobre o tema abordado, não há espelho de correção para a Discursiva – Redação.